

É designado o dia 14 de Maio de 2007, pelas 14 horas e 30 minutos, para a realização da reunião de assembleia de credores de apreciação do relatório, podendo fazer-se representar por mandatário com poderes especiais para o efeito.

Da presente sentença pode ser interposto recurso, no prazo de 10 dias (artigo 42.º do CIRE), e ou deduzidos embargos, no prazo de 5 dias (artigos 40.º e 42.º do CIRE).

Com a petição de embargos, devem ser oferecidos todos os meios de prova de que o embargante disponha, ficando obrigado a apresentar as testemunhas arroladas, cujo número não pode exceder os limites previstos no artigo 789.º do Código de Processo Civil (n.º 2 do artigo 25.º do CIRE).

Ficam ainda advertidos de que os prazos para recurso, embargos e reclamação de créditos só começam a correr finda a dilação e de que esta se conta da publicação do último anúncio.

Os prazos são contínuos, não se suspendendo durante as férias judiciais (n.º 1 do artigo 9.º do CIRE).

Terminando o prazo em dia que os tribunais estiverem encerrados, transfere-se o seu termo para o 1.º dia útil seguinte.

11 de Abril de 2007. — O Juiz de Direito, *Carlos Mário Borges*. — O Oficial de Justiça, *Teresa Ventura*.

2611010821

## 1.º JUÍZO DE COMPETÊNCIA ESPECIALIZADA CÍVEL DO TRIBUNAL DA COMARCA DE VIANA DO CASTELO

**Anúncio n.º 2600/2007**

**Processo n.º 874/06.1TBPTL**

Requerente — Pinheiro, Rocha & Reis, L.<sup>da</sup>  
Insolvente — José Augusto Malheiro Quintas.

Publicidade de deliberação

Nos autos de insolvência acima identificados em que são insolvente José Augusto Malheiro Quintas, casado, nascido em 24 de Janeiro de 1959, freguesia de Vila de Punhe (Viana do Castelo), nacional de Portugal, número de identificação fiscal 123022193, bilhete de identidade n.º 6497314, com endereço no lugar de Milhões, 4905-644 Vila de Punhe, e administrador da insolvência Fernando Augusto Barbosa de Carvalho, com endereço no Edifício Palácio, sala 210, Rua de Aveiro, 198, 4900-495 Viana do Castelo, ficam notificados todos os interessados de que no processo supra-identificado, por decisão da assembleia de credores, foi aprovado plano de insolvência.

22 de Março de 2007. — A Juíza de Direito, *Raquel Eduarda Soares Costa Cotinho*. — O Oficial de Justiça, *Maria Luz Queiroz*.

2611010820

## 2.º JUÍZO DE COMPETÊNCIA ESPECIALIZADA CÍVEL DO TRIBUNAL DA COMARCA DE VILA NOVA DE FAMALICÃO

**Anúncio n.º 2601/2007**

**Prestação de contas de administrador (CIRE)  
Processo n.º 2172/05.9TJVNF-S**

Credor — Ester Maria Bezerra Lopes Vaz Ferreira Santos e outro(s).

Insolvente — FULLSPIN — Sociedade Têxtil, S. A., e outro(s).

A Dr.<sup>a</sup> Mafalda Bravo Correia, juíza de direito deste Tribunal, faz saber que nos autos de prestação de contas n.º 2172/05.9TJVNF-S, do 2.º Juízo de Competência Especializada Cível do Tribunal da Comarca de Vila Nova de Famalicão, são os credores e a insolvente FULLSPIN — Sociedade Têxtil, S. A., com sede no lugar de Matamau, Lousado, apartado 80, 4760-969 Vila Nova de Famalicão, notificados para, no prazo de 5 dias, decorridos que sejam 10 dias de éditos, que começarão a contar-se da publicação do anúncio, se pronunciarem sobre as contas apresentadas pelo administrador da insolvência (artigo 64.º, n.º 1, do CIRE).

O prazo é contínuo, não se suspendendo durante as férias judiciais (n.º 1 do artigo 9.º do CIRE).

30 de Março de 2007. — A Juíza de Direito, *Mafalda Bravo Correia*. — O Oficial de Justiça, *Eugénia Silva*.

2611010760

## 2.º JUÍZO DO TRIBUNAL DE COMÉRCIO DE VILA NOVA DE GAIA

**Anúncio n.º 2602/2007**

**Insolvência de pessoa colectiva (requerida)  
Processo n.º 711/04.1TYVNG**

Credor — Artur Gomes de Oliveira e outro(s).  
Devedor — Recauchutagem Luso-Brasileira Manuel T. & Filh.

No 2.º Juízo do Tribunal de Comércio de Vila Nova de Gaia, no dia 10 de Janeiro de 2007, às 13 horas, foi proferida sentença de declaração de insolvência da devedora Recauchutagem Luso-Brasileira Manuel T. & Filh., número de identificação fiscal 500433208, com endereço na Rua do Comendador Francisco Quintas, 505, 4490 Póvoa de Varzim, com sede na morada indicada.

É administradora do devedor Maria Odete da Silva Pinto Torres, casada, nascida em 1 de Abril de 1946, número de identificação fiscal 149626207, bilhete de identidade n.º 1674167, com endereço na Rua do Comendador Francisco Quintas, 505, 4490 Póvoa de Varzim, a quem é fixado domicílio na morada indicada.

Para administrador da insolvência é nomeado o Dr. João Castelhana, com endereço na Rua de Simões de Castro, 147-A, 1.º-C, 3000-388 Coimbra.

Ficam advertidos os devedores do insolvente de que as prestações a que estejam obrigados deverão ser feitas ao administrador da insolvência e não ao próprio insolvente.

Ficam advertidos os credores do insolvente de que devem comunicar de imediato ao administrador da insolvência a existência de quaisquer garantias reais de que beneficiem.

Declara-se aberto o incidente de qualificação da insolvência com carácter pleno [alínea i) do artigo 36.º do CIRE].

Para citação dos credores e demais interessados correm éditos de cinco dias.

Ficam citados todos os credores e demais interessados de tudo o que antecede e ainda:

O prazo para a reclamação de créditos foi fixado em 30 dias; O requerimento de reclamação de créditos deve ser apresentado ou remetido por via postal registada ao administrador da insolvência nomeado, para o domicílio constante do presente edital (n.º 2 do artigo 128.º do CIRE), acompanhado dos documentos probatórios de que disponham.

Mesmo o credor que tenha o seu crédito por reconhecido por decisão definitiva não está dispensado de o reclamar no processo de insolvência (n.º 3 do artigo 128.º do CIRE).

Do requerimento de reclamação de créditos deve constar (n.º 1 do artigo 128.º do CIRE):

A proveniência do(s) crédito(s), data de vencimento, montante de capital e de juros;

As condições a que estejam subordinados, tanto suspensivas como resolutivas;

A sua natureza comum, subordinada, privilegiada ou garantida, e, neste último caso, os bens ou direitos objecto da garantia e respectivos dados de identificação registral, se aplicável;

A existência de eventuais garantias pessoais, com identificação dos garantes;

A taxa de juros moratórios aplicável.

É designado o dia 28 de Maio de 2007, pelas 10 horas, para a realização da reunião de assembleia de credores de apreciação do relatório, podendo fazer-se representar por mandatário com poderes especiais para o efeito.

É facultada a participação de até três elementos da comissão de trabalhadores ou, na falta desta, de até três representantes dos trabalhadores por estes designados (n.º 6 do artigo 72.º do CIRE).

Da presente sentença pode ser interposto recurso, no prazo de 10 dias (artigo 42.º do CIRE), e ou deduzidos embargos, no prazo de 5 dias (artigos 40.º e 42.º do CIRE).

Com a petição de embargos devem ser oferecidos todos os meios de prova de que o embargante disponha, ficando obrigado a apresentar as testemunhas arroladas, cujo número não pode exceder os limites previstos no artigo 789.º do Código de Processo Civil [alínea c) do n.º 2 do artigo 24.º do CIRE].

Ficam ainda advertidos que os prazos para recurso, embargos e reclamação de créditos só começam a correr finda a dilação e que esta se conta da publicação do último anúncio.

Os prazos são contínuos, não se suspendendo durante as férias judiciais (n.º 1 do artigo 9.º do CIRE).

Terminando o prazo em dia que os tribunais estiverem encerrados, transfere-se o seu termo para o 1.º dia útil seguinte.

## Informação — Plano de insolvência

Pode ser aprovado plano de insolvência com vista ao pagamento dos créditos sobre a insolvência, a liquidação da massa e a sua reparação pelos titulares daqueles créditos e pelo devedor (artigo 192.º do CIRE).

Podem apresentar proposta de plano de insolvência o administrador da insolvência, o devedor, qualquer pessoa responsável pelas dívidas

da insolvência ou qualquer credor ou grupo de credores que representem um quinto do total dos créditos não subordinados reconhecidos na sentença de graduação de créditos ou, na falta desta, na estimativa do juiz (artigo 193.º do CIRE).

16 de Abril de 2007. — O Juiz de Direito, *Paulo Fernando Dias Silva*. — O Oficial de Justiça, *Maria João Monteiro Santos*.

2611010763

**PARTE F****SERVIÇO REGIONAL DE SAÚDE, E. P. E.****Aviso (extracto) n.º 8497/2007**

Por deliberação do conselho de administração de 4 de Abril de 2007, foi Susana Maria Fraga Homem de Gouveia nomeada técnica especialista, terapeuta da fala, do quadro de pessoal do Serviço Regional de Saúde, E. P. E., precedendo concurso, ficando a mesma exonerada da categoria anterior a partir da data da aceitação na nova categoria.

30 de Abril de 2007. — A Administradora Hospitalar, *Eva Sousa*.  
2611010678

**Aviso (extracto) n.º 8498/2007**

Por deliberação do conselho de administração de 23 de Abril de 2007, foi Anabela Santos Andrade nomeada na categoria de técnica principal, terapeuta da fala, da carreira de técnico de diagnóstico e terapêutica, do quadro de pessoal do Serviço Regional de Saúde, E. P. E., precedendo concurso, ficando a mesma exonerada da categoria anterior a partir da data da aceitação da nova categoria.

30 de Abril de 2007. — A Administradora Hospitalar, *Eva Sousa*.  
2611010715

**PARTE H****COMUNIDADE URBANA DO MÉDIO TEJO****Aviso n.º 8499/2007****Transferência**

Para os devidos efeitos, torna-se público que, por meu despacho de 1 de Março de 2007, foi autorizada, de acordo com no artigo 4.º da Lei n.º 53/2006, de 7 de Dezembro, a transferência de Susana Monteiro Vieira, com a categoria de técnica superior de 2.ª classe, escalão 1, do quadro de pessoal da Câmara Municipal de Alcanena para o quadro de pessoal público desta Comunidade Urbana.

O presente acto administrativo, nos termos do artigo 127.º do Código do Procedimento Administrativo, produz efeitos a partir do dia 1 de Abril de 2007. (Isento de visto do Tribunal de Contas. Os encargos são suportados pelo orçamento da Comunidade Urbana do Médio Tejo.)

5 de Abril de 2007. — O Presidente da Junta, *António P. da Silva Paiva*.

2611010974

**Aviso n.º 8500/2007****Transferência**

Para os devidos efeitos, torna-se público que, por meu despacho de 1 de Março de 2007, foi autorizada, de acordo com no artigo 4.º da Lei n.º 53/2006, de 7 de Dezembro, a transferência de Cristina Maria Pereira Ricardo Diogo, com a categoria de assistente administrativa, 3.º escalão, do quadro de pessoal dos gabinetes de apoio técnico da ex-CCRLVT, com afectação ao GAT de Abrantes, para o quadro de pessoal público desta Comunidade Urbana.

O presente acto administrativo, nos termos do artigo 127.º do Código do Procedimento Administrativo, produz efeitos a partir do dia 1 de Abril de 2007. (Isento de visto do Tribunal de Contas. Os encargos são suportados pelo orçamento da Comunidade Urbana do Médio Tejo.)

5 de Abril de 2007. — O Presidente da Junta, *António P. da Silva Paiva*.

2611010973

**CÂMARA MUNICIPAL DE ALBUFEIRA****Aviso n.º 8501/2007****Concurso externo de ingresso para provimento de dois lugares da categoria de operário qualificado — Electricista**

1 — Para os devidos efeitos, torna-se público que, por despacho do vice-presidente da Câmara Municipal de Albufeira de 7 de Setembro de 2005, se encontra aberto, pelo prazo de 10 dias úteis a contar da data da publicação do presente aviso no *Diário da República*, concurso externo de ingresso para provimento de dois lugares da categoria de operário qualificado, electricista, do quadro do pessoal do município de Albufeira, a que corresponde o vencimento mensal líquido de € 463,99, índice 142, escalão 1, da referida categoria, conforme o anexo II ao Decreto-Lei n.º 412-A/98, de 30 de Dezembro, e a Portaria n.º 88-A/2007, de 18 de Janeiro.

2 — Foi dado cumprimento ao n.º 2 do artigo 41.º da Lei n.º 53/2006, de 7 de Dezembro, sendo efectuada consulta à bolsa de emprego público, em 16 de Abril de 2007, verificando-se não existir pessoal em situação de mobilidade especial prevista nas alíneas a) e b) do n.º 2 do artigo 41.º da referida lei, tendo a Direcção-Geral da Administração Pública emitido declaração de inexistência de pessoal com o perfil pretendido.

3 — O concurso é válido apenas para as duas vagas atrás referidas.

4 — O conteúdo funcional dos lugares a prover é o constante do despacho do Secretário de Estado da Administração Local e Ordenamento do Território n.º 1/90, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 23, de 27 de Janeiro de 1990.

5 — O local de trabalho será na área do município de Albufeira.

6 — A admissão a concurso será condicionada à posse dos requisitos gerais definidos no n.º 2 do artigo 29.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho, sendo a escolaridade obrigatória nas habilitações literárias mínimas exigidas.

7 — As candidaturas deverão ser formalizadas mediante requerimento, dirigido ao presidente da Câmara Municipal de Albufeira, devidamente assinado, o qual, bem como a documentação que o deva acompanhar, poderá ser entregue pessoalmente nesta Câmara Municipal ou remetido pelo correio, registado, com aviso de recepção expe-